

RÉE, Paul. **A Origem dos Sentimentos Morais**. Trad. André Itaparica e Clademir Araldi. São Paulo: Ed. da Unifesp, 2018.

**Jonas Faccin<sup>1</sup>**

A tradução realizada por André Itaparica e Clademir Araldi de *A Origem dos Sentimentos Morais* (*Der Ursprung der moralischen Empfindungen*), de Paul Rée, figura como imprescindível não apenas à compreensão do autor em suas articulações ao tema da moral, por si só já relevante, mas também e, sobretudo, ao entendimento da construção filosófica de Nietzsche, especialmente as obras *Humano, demasiado humano* (1878) e *Genealogia da Moral* (1887), cujas ideias – tanto consonantes quanto dissonantes – dialogam, em grande medida, com a filosofia de Rée.

Acerca da relação entre Nietzsche e Rée, vale destacar que a amizade nutrida por ambos frutificou intensas discussões filosóficas, culminando na elaboração de concepções que marcaram a história do pensamento ocidental. É possível dizer que o mais intenso encontro entre Nietzsche e Rée ocorreu no ano de 1876, na ocasião da marcante viagem a Sorrento, região sul da Itália. A estada na cidade italiana é particularmente relevante já que nela Nietzsche, Malwida, Rée e Brenner (aluno de Nietzsche) dão início a um projeto que viria a se chamar “convento para espíritos livres”, momento em que estavam todos decididos a vivenciar uma profunda experiência de “contemplação”. Particularmente à Nietzsche, distante das tribulações e exigências do meio acadêmico, acreditava enfim dispor do tempo necessário para uma profunda reflexão acerca da vida. Se, no ano seguinte à experiência de Sorrento surge *A Origem dos Sentimentos Morais*, aquela circunstância de intensa vivência “filosófico-espiritual” também rendeu frutos a Nietzsche. Durante a viagem, foram redigidas as primeiras anotações que deram origem a *Humano, Demasiado Humano*, em grande medida, pelas mãos do próprio Rée, quem escutava atentamente as palavras de seu “amigo-narrador” quase cego, e servia de interlocutor privilegiado em um momento em que Nietzsche desenvolvia suas inovadoras posições sobre a filosofia e, particularmente, sobre os fenômenos morais.

Na primeira parte de *A Origem dos Sentimentos Morais*, intitulada “A origem dos Conceitos de Bom e Mau”, Rée, numa escrita sempre direta e didática, parte do

---

<sup>1</sup> Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, PR, Brasil. E-mail: [jonas\\_faccin@hotmail.com](mailto:jonas_faccin@hotmail.com).

princípio geral de que possui o homem dois instintos inatos: um altruísta e outro egoísta. Ações altruístas significam “aquelas nas quais o agente, às vezes à custa do seu próprio bem-estar, promove o bem-estar alheio, em função do outro, ou evita o prejuízo alheio, em função dele mesmo” (p. 51). Como se vê, o altruísmo conduz a um sentimento não egoísta em que se privilegia o bem-estar do outro às expensas de seu próprio bem. A fim de mostrar como é possível à natureza humana carregar em si o instinto altruísta, Rée se vale da tese darwinista de que tal como em outros animais, também já em nossos ancestrais símios se encontrava o instinto social, preservado e fortalecido pela seletividade natural e que, por sua vez, evolui nos homens como complacência (alegria altruísta) e dor com a infelicidade alheia (compaixão altruísta). Contrário ao altruísmo é o instinto egoísta. Este se caracteriza por ações nas quais o indivíduo obtém seu bem-estar em detrimento do outro, donde, para atenuar sua dor, por exemplo, o agente se utiliza do outro sem se importar com o seu sofrimento. O egoísmo é reconhecido como um anseio humano de auto preservação, de realização de seus desejos sexuais e da sua vaidade.

Por ocorrer de forma mais frequente, o instinto egoísta é mais forte que o altruísta. Desse modo, à medida que entre os homens prevaleceu uma “guerra de todos contra todos”, o castigo foi tomado como único meio capaz de atenuar tal violência, a considerar que “o medo do castigo manteve, como ainda o faz, o indivíduo sob controle” (p. 56). Não apenas o medo do castigo, mas também a relação comercial de troca entre os indivíduos são formas de egoísmo que, segundo o autor, possibilitaram o surgimento do Estado.

Para Paul Rée, os conceitos bom [*gut*] e mau [*böse*] estão intrinsecamente relacionados àquela contraposição entre altruísmo (ações não egoístas), louváveis pela comunidade porque assimiladas enquanto ações moralmente boas e, portanto, úteis, e egoísmo (ações egoístas), cujo efeito passa a ser censurado por produzir algo prejudicial. Ou seja, o louvor às boas ações e a censura às más são concepções transmitidas culturalmente e internalizadas pela força do hábito. De acordo com o filósofo, “[...] quando essa distinção foi inicialmente feita, ela formou um cânone moral no espírito daquele que a aceitou, depositando-a na natureza dos homens – louvável quando são altruístas, censuráveis quando são egoístas à custa dos outros” (p.122-123). Vale notar que o juízo moral corresponde a uma concepção utilitarista, em que ações altruístas são tidas como benéficas e úteis à comunidade (boas), ao passo que ações egoístas são tomadas como más, justamente porque reconhecidas como prejudiciais. O

capítulo se conclui com uma breve retomada das ideias centrais, destacando, por fim, que num movimento posterior a comunidade passa a considerar as boas ações como louváveis e as más ações como censuráveis em si mesmas, não sendo mais remetidas à sua utilidade imediata.

A segunda parte da obra tem como título e desenvolvimento “A Origem da Consciência Moral”. Nela, Rée argumenta, devido a associação realizada entre altruísmo e boas ações, egoísmo e más ações, nos habituamos, desde a infância, a identificar a primeira por louvável e a segunda por censurável. Dessa forma, inatos são o altruísmo e o egoísmo, sendo que, seu louvor ou censura “desenvolveu-se somente em um determinado nível cultural e tornou-se hábito para o indivíduo” (p. 63). Assim, se a consciência moral se origina da transmissão cultural dos valores em uma comunidade e da habituação aos mesmos, o homem de más ações e cuja consciência reconhece um sofrimento causado a outrem, sente em si aquilo que Rée identifica como “remorso”. Este se caracteriza enquanto “sentimento de censura e de autorreprovação, sensações que são compreensíveis quando nos acostumamos a associar às ações egoístas, ao crime por cobiça, por exemplo, a ideia da censura e da reprovação” (p. 65).

Na terceira parte, “A Responsabilidade e a Liberdade da Vontade”, Rée se opõe à ideia de liberdade da vontade, de modo que, para ser responsabilizado por suas ações, o homem teria de ser constitutivamente livre, um grave equívoco ao se tratar da natureza humana. Sobre o homem prevalece um determinismo que se impõe às suas ações e isso porque, “quando alguém escolhe uma dentre muitas coisas, essa escolha foi provocada por causas, que possuem, elas mesmas, determinadas causas, e nessa medida acontece necessariamente” (p. 71). O próprio remorso, que por vezes pode dar a falsa ideia de livre arrependimento, outra coisa não é senão fruto do hábito que associa boas ações ao louvável e más ações ao censurável, variando conforme as inúmeras e distintas determinações culturais. Dessa forma, o remorso ocorre tanto pelas sequências causais que tornam necessário o agir (*operari*), quanto pela natureza do próprio caráter, isto é, o ser (*esse*) de cada indivíduo, não sendo com isso possível falar em favor de uma liberdade da vontade.

A quarta parte traz como título “A Origem do Castigo e do Senso de Justiça: Sobre a Intimidação e a Retaliação”. Paul Rée afirma ter o castigo a função social de intimidação ante uma ação futura, não exercendo a função, como deseja o senso de justiça, de retaliação de ações já praticadas. Para o autor, exigir que más ações sejam retaliadas pressupõe aquela falsa ideia de vontade livre: “Assim, o senso de justiça surge

a partir de dois erros: 1. porque as punições das autoridades e dos educadores parecem retaliações, e 2. porque a vontade é considerada livre” (p. 82). Para tanto, a legitimidade do direito ao castigo não se sustenta no senso de justiça; pelo contrário, todo ato punitivo de um transgressor tem sua justificação “em vista do bem-estar geral”. Por isso mesmo é que “o fim (o bem-estar geral) justifica os meios (o castigo)” (p. 85), sem perder de vista o fato de que não se censura ou castiga alguém em decorrência “de suas más ações em si mesmas”, mas sempre em vista da manutenção dos hábitos da comunidade e como forma de desestimular transgressões.

A quinta parte, intitulada “A Origem da Vaidade”, inicia com a afirmação de que os indivíduos não são indiferentes diante da boa ou má opinião que outros estabelecem sobre eles e isso, sobretudo, “1. porque somos egoístas e tememos os prejuízos ruins à medida que esperamos as vantagens de uma boa opinião; 2. Porque somos vaidosos; enquanto a boa opinião nos é agradável, a má nos é desagradável” (p. 99). Ou seja, correspondendo, por um lado, à utilidade vislumbrada na boa opinião, justamente porque preferimos um elogio à crítica, – desejamos agradar, ser admirado, invejado – a vaidade, por outro, tem também o seu lado negativo, a saber, o temor pela opinião ruim (desagradar, ser pouco estimado, desprezado e alvo de zombaria).

Para todos os efeitos, é preciso considerar que o insucesso em conseguir agradar, ser admirado e invejado constitui-se como parte inerente da própria existência. Não bastasse isso, faz parte também da natureza humana agir a partir da utilidade, precisamente, sob os direcionamentos da ambição, uma vez que, “a atividade desinteressada e altruísta é rara. Habitualmente, somos úteis aos outros, assim como eles, por sua vez, nos são úteis: é fraco o instinto para cuidar dos outros em função deles mesmos” (p. 118). Apesar de tal condição, os homens escondem tanto quanto possível seus instintos egoístas, buscando ser reconhecidos por seus sentimentos altruístas, isso porque, “é em si agradável ser considerado bom; é em si doloroso ser considerado mau” (p. 123).

De modo um tanto abreviado, Rée estabelece uma distinção entre a sede de vingança e o senso de justiça. Enquanto a primeira se origina da vaidade, isto é, do prazer do indivíduo em se sentir distinto e superior em relação ao outro, daquele que busca provar sua superioridade sobre ele, o segundo tem sua origem na força do hábito uma vez que concebe, “desde a infância, o crime e o castigo como duas coisas justamente associadas” (p. 128). Contudo, dentre uma e outra, somos inclinados a tomar com bons olhos o indivíduo que pratica a vingança, e não propriamente a justiça.

A sexta parte traz como título “O Progresso Moral”. Logo nas primeiras linhas, o autor afirma que o progresso moral dos homens está vinculado ao fato de se tornarem melhores (mais altruístas) ao longo do tempo. Para isso, apresenta duas possibilidades: uma pela seleção natural, e outra pela frequente realização de ações altruístas (experiência de sentimentos altruístas). A dificuldade da primeira hipótese, cujas comunidades se constituíram com base no altruísmo, é que lhes falta ambição. Uma vez que uma cultura não se desenvolve apenas pelo “amor ao próximo”, nações altruístas não são capazes de se conservar. A problemática da segunda hipótese consiste no fato de que nem pelo hábito se fortalece sentimentos e ações altruístas justamente porque são poucos os casos em que se constata a prevalência do altruísmo. Nesse caso, de acordo com Rée, não há qualquer possibilidade, sequer pela educação, de elevar o número de ações altruístas.

Apesar de tais dificuldades, três distintos acontecimentos poderiam ser considerados como progressos morais. O primeiro progresso diz respeito ao olhar que diferentes povos estabeleceram entre si. Se entre povos primitivos, tribos distintas (estrangeiras) são consideradas inimigas, grande parte dos povos civilizados, todavia, ultrapassaram tal caracterização do outro como inimigo externo, o que ocasionou certa harmonia entre eles. O segundo progresso corresponde à presença de um governo forte e capaz de exercer, pelos costumes, seu domínio sobre as paixões humanas: “onde os costumes são bons, por meio de leis rígidas, e as pessoas parecem ser nobres e generosas; onde é considerado condenável e punível seguir seu egoísmo sem preocupação, o sentimento egoísta é condenável” (p. 144). O terceiro progresso ocorre quando sobre o homem prevalece a dominação e contenção de certos impulsos, o que o torna, no decorrer do tempo, domesticado. Tal domínio exige esforço e constante exercício, pois, quanto mais domesticável, mais apto à sociabilidade.

Por fim, temos a sétima parte intitulada “A Relação da Bondade com a Felicidade”. Conforme o autor, muito embora esteja o homem ocupado em satisfazer muitos de seus desejos ao longo da vida, o próprio desejo, paradoxalmente, já é sentido como dor, uma vez que, tão logo tenha alcançado o que almeja, isto já não mais o satisfaz, sendo necessário um constante empenho no desejar. É por este motivo que para Rée, “o único amor que perdura é o amor infeliz” (p. 148). Mesmo o homem bom não é capaz de alcançar a felicidade, isto porque sua compaixão altruísta, despertada tão somente pelo hábito, o torna impotente para oferecer sua ajuda, fazendo dele alguém constantemente infeliz. Tanto quanto o homem bom, o homem mau também é alguém

cuja felicidade lhe escapa à vista, isto porque acometido pelo remorso de suas ações. Em última análise, sendo difícil decidir se os maiores sofrimentos provêm da bondade ou da maldade, resta ao homem vivenciar o “sentimento insuportável do vazio”.

De fundamental relevância, a tradução que ora oferecem Itaparica e Araldi, além de colocar o leitor, pelas letras de Paul Rée, diretamente em contato com aspectos históricos, antropológicos e filosóficos fundamentais ao tema da moral no século XIX, possibilita também à pesquisa Nietzsche no Brasil, de modo muito particular, visitar os textos nietzschianos no intuito de lá extrair novas e outras concepções pertencentes a um pensamento que, mesmo após tanto tempo, carece de ser constantemente revisitado, sobretudo por revelar-se cada vez mais profícuo e atual para a compreensibilidade do presente.